

Avaliação de programas e projetos de extensão

Thereza Penna Firme

Professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Sonia Mendes

Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Avaliar pode ser um empreendimento de sucesso, mas também de fracasso; pode conduzir a resultados significativos ou a respostas sem sentido; pode defender ou ameaçar. Ou avançamos na mudança de século ou tropeçamos. A decisão clama pelo desafio porque as aceleradas inovações teórico-metodológicas na avaliação, como disciplina, estão em descompasso com a prática educacional que, lamentavelmente, salvo algumas exceções, perde-se na contramão da trajetória ascensional das grandes tendências que os estudiosos apontam nesses 100 anos de história da avaliação, desde a simples mensuração à negociação de juízos de valor, critérios, procedimentos e resultados. Autores como Guba e Lincoln, Patton, Stufflebeam, Fetterman, Cronbach, Worthen e Sanders sustentam esses avanços.

Dessa desafiadora concepção da avaliação resulta, como imprescindível, a capacitação de educadores, líderes, dirigentes e profissionais, nos vários âmbitos disciplinares, para a melhor utilização da avaliação. Mais especificamente, a formação do avaliador é um desafio conseqüente para a avaliação do novo século. É, pois, na medida em que avaliados e avaliadores dialoguem, instituições e sistemas se sintonizem e inteligências múltiplas¹ se complementem, que a avaliação irá emergindo com as suas características mais notáveis de propulsora das necessárias transformações educacionais e sociais e advogada na defesa dos direitos humanos.

Assim, o grande desafio nesta era contemporânea da informação não é a capacidade de produzir, armazenar ou transmitir informações, mas, sim, reconhecer o que é importante saber e, de fato, utilizar essa informação². Nessa perspectiva, a questão crucial é descobrir o que é preciso fazer para criar e desenvolver avaliações que sejam realmente utilizadas para reduzir incertezas, melhorar a efetividade e tomar decisões relevantes. Por isso mesmo, a grande meta da avaliação é a ação. Seu significado maior está em fortalecer o movimento que leva à transformação, nele intervindo sempre que necessário.

A preocupação dos estudiosos da área em definir padrões de excelência para a avaliação³ gerou um substancial conjunto de critérios agrupados em quatro cate-

gorias, encabeçadas pela dimensão **utilidade**, o que significa que uma avaliação não deverá jamais ser realizada se não o for para ser útil. Segue-se a dimensão **viabilidade**, segundo a qual ela terá que, além de útil, ser conduzida considerando aspectos políticos, práticos e de custo-efetividade. Em sintonia com tais características, e não menos importante, é a **ética** com que deve ser realizada, no respeito aos valores dos interessados, incluindo grupos e culturas. E, finalmente, se for possível desencadear uma avaliação útil, viável e ética, então será importante considerar a característica **precisão**, no que tange às dimensões técnicas do processo. Tais critérios de excelência clamam, portanto, por avaliações sensíveis à responsabilidade situacional, metodologicamente flexíveis, dinâmicas, no entendimento político, e substancialmente criativas para integrarem todas essas dimensões na direção do desenvolvimento e do aperfeiçoamento de seu objeto. Cada avaliação deve, pois, revestir-se de características próprias em sintonia com o contexto social, político, cultural e educacional onde se realiza e, de forma tal, que o avaliador é essencialmente um historiador que descreve, registra e interpreta a história singular de cada cenário.

Nessa concepção, que representa um enfoque mais amplo e amadurecido de avaliação, característico da década em que vivemos, são levados em consideração os valores, as preocupações e as percepções dos interessados em relação ao objeto da avaliação. É com essa abordagem que a avaliação atinge um clímax de responsabilidade e de participação como facilitadora de um processo de fortalecimento do seu objeto de atenção, seja ele um programa, uma instituição, um sistema ou indivíduos. Nesse sentido, ela intervém para reforçar potencialidades e sucessos, em vez de meramente registrar dificuldades e fracassos. No concerto dos vários atores e harmonizando a inter-subjetividade na formulação dos juízos de valor, o processo avaliativo terá que adentrar o **mérito** de seu objeto enquanto valor interno, implícito e independente de quaisquer aplicações; e mais amplamente descobrir sua **relevância**, enquanto é útil nos seus resultados, repercussões e impactos. A avaliação, no seu sentido mais amplo, é, pois, um desafio na direção do mérito e da relevância e, para alcançá-los, a criatividade e a sensibilidade, a objetividade e a subjetividade estão presentes e atuantes, sempre que necessário, para responder com propriedade às indagações e facilitar a ação de aperfeiçoamento.

De todas essas reflexões emerge naturalmente como conseqüência lógica a condenação da reprovação e da repetência escolar como prática administrativo-pedagógica tão lamentavelmente utilizada no sistema educacional brasileiro. Mais digno do que reprovar o aluno é capacitar o professor para avaliar o aluno em todas as suas potencialidades, utilizando o melhor de sua sensibilidade e de sua competência para captar indica-

dores de avanço e sinais de preocupação; é capacitá-lo para se auto-avaliar como educador e avaliar a escola e todo o contexto educacional; é capacitá-lo para entender criticamente que a responsabilidade não é de uma só instância – é de todos os envolvidos e interessados na educação, com o mais elevado propósito de se promover o aperfeiçoamento.

Padrões para avaliação de programas

The Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (1994)

Síntese

Agrupados em quatro amplas categorias – utilidades, viabilidade, ética e precisão – os padrões de avaliação de programa se referem às características de excelência que configuram uma avaliação competente. Tais padrões estão descritos a seguir:

Utilidade

Os padrões de utilidade pretendem assegurar que uma avaliação atenda às necessidades de informação prática de determinadas clientelas dos usuários visados.

U1. Identificação dos Interessados (*Stakeholders*) - As pessoas envolvidas na avaliação ou por ela afetadas devem ser identificadas para que suas necessidades possam ser enfocadas.

U2. Credibilidade do Avaliador - As pessoas que conduzem a avaliação devem inspirar confiança e possuir competência para realizar a avaliação de tal modo que as conclusões da avaliação tenham o máximo de credibilidade e aceitação.

U3. Abrangência e Seleção da Informação - A informação coletada deve ser selecionada de forma abrangente para focar questões pertinentes sobre o programa, e ao mesmo tempo ser sensível às necessidades e aos interesses dos clientes e outros interessados que venham a ser especificados.

U4. Identificação de Valores - As perspectivas, os procedimentos e o referencial usados para interpretar as conclusões devem ser cuidadosamente descritos a fim de tornar claras as bases para juízos de valor.

U5. Clareza do Relatório - Os relatórios da avaliação devem descrever, claramente, o programa que esteja sendo avaliado incluindo seu contexto, bem como os propósitos, procedimentos e resultados da avaliação para que a informação essencial seja fornecida e facilmente compreendida.

U6. Entrega a Tempo do Relatório e Divulgação - Relatório de conclusões preliminares significativas e relatórios formais de avaliação devem ser divulgados entre os destinatários para que sejam utilizados na sua oportunidade.

U7. Impacto da Avaliação - As avaliações devem ser planejadas, conduzidas, e relatadas de modo a encorajarem um acompanhamento pelos interessados de modo a aumentar a probabilidade e utilização da avaliação.

Viabilidade

Padrões de viabilidade pretendem assegurar que uma avaliação seja realística, prudente, diplomática e simples.

V1. Procedimentos Práticos - Procedimentos avaliativos devem ser práticos no sentido de reduzir ao máximo as perturbações provocadas durante a obtenção das necessárias informações.

V2. Viabilidade Política - A avaliação deve ser planejada e conduzida com conhecimento prévio das diferentes posições dos vários grupos de interesses a fim de que sua cooperação possa ser obtida e possíveis tentativas de qualquer desses grupos, no sentido de prejudicar as atividades de avaliação ou de distorcer ou aplicar mal os resultados, sejam afastadas ou impedidas.

V3. Custo-Efetividade - Uma avaliação deve ser eficiente e produzir informação de bastante valor para que os recursos despendidos possam ser justificados.

Ética

Os padrões de ética pretendem assegurar que uma avaliação seja realizada legalmente e eticamente com o devido respeito ao bem estar dos envolvidos na avaliação, bem como daqueles afetados pelos seus resultados.

E1. Voltada para Servir - As avaliações devem ser planejadas para assessorar as organizações para enfocarem e satisfazerem, efetivamente, o conjunto complexo de participantes-alvo.

E2. Acordos Formais - As obrigações das partes formalmente envolvidas em uma avaliação (o que fazer, como, por quem, quando), devem ser acertadas por escrito para que tais partes sejam obrigadas a aderir a todas as condições do acordo ou formalmente renegociá-las.

E3. Direitos Individuais - As avaliações devem ser planejadas e realizadas de tal forma que os direitos humanos e o bem estar dos indivíduos sejam respeitados e protegidos.

E4. Interações Humanas - Os avaliadores devem respeitar a dignidade e o valor humano nas interações com

as pessoas envolvidas na avaliação para que os participantes não sejam ameaçados ou prejudicados.

E5. Apreciação Completa e Justa - A avaliação deve ser completa e justa no exame e no registro de aspectos positivos e nos negativos do programa que esteja sendo avaliado, de tal modo que os pontos fortes possam ser desenvolvidos e as áreas problemáticas atendidas.

E6. Acesso aos Resultados - As partes formalmente envolvidas em uma avaliação devem assegurar que a totalidade dos resultados, bem como suas limitações, estejam disponíveis para as pessoas afetadas pela avaliação e quaisquer outras com direitos legais explícitos de receber os resultados.

E7. Conflito de Interesses - Os conflitos de interesses devem ser tratados com abertura e honestidade para não comprometerem os processos e os resultados da avaliação.

E8. Responsabilidade Fiscal - A alocação e o dispêndio de recursos pelo avaliador devem refletir sólidos procedimentos contábeis, além de prudência e responsabilidade ética, de tal forma que as despesas sejam justificadas e apropriadas.

Precisão

Esses padrões de precisão pretendem assegurar que a avaliação revele e transmita, tecnicamente, informações adequadas sobre as características que determinam a relevância ou o mérito do programa que esteja sendo avaliado.

P1. Documentação do Programa - O programa que esteja sendo avaliado deve ser descrito e documentado clara e corretamente para que o programa seja nitidamente identificado.

P2. Análise do Contexto - O contexto no qual se insere o programa deve ser examinado com suficiente detalhamento para que sejam identificadas suas possíveis insuficiências sobre o próprio programa.

P3. Propósitos e Procedimentos Explícitos - Os propósitos e procedimentos da avaliação devem ser acompanhados e descritos com suficiente detalhamento de modo a serem identificados e aferidos.

P4. Fontes de Informação - As fontes de informação utilizadas na avaliação de um programa devem ser descritas com suficiente detalhamento de tal modo que a adequação da informação possa ser aferida.

P5. Informação Válida - Os procedimentos de coleta de informação devem ser escolhidos ou elaborados e

depois implementados de tal forma a assegurar que a interpretação a que se chegue seja válida para o uso pretendido.

P6. Informação Confiável - Os procedimentos de coleta de informação devem ser escolhidos ou elaborados e depois implementados de forma a assegurar que a informação obtida seja suficientemente confiável para o uso pretendido.

P7. Informação Sistemática - A informação coletada, processada e relatada numa avaliação deve ser sistematicamente revisada, devendo ser corrigidos os erros encontrados.

P8. Análise de Informação Quantitativa - A informação quantitativa numa avaliação deve ser adequada e sistematicamente analisada para que as questões avaliativas sejam efetivamente respondidas.

P9. Análise da Informação Qualitativa - A informação qualitativa numa avaliação deve ser adequada e sistematicamente analisada para que as questões avaliativas sejam efetivamente respondidas.

P10. Conclusões Justificadas - As conclusões a que se chega numa avaliação devem ser explicitamente justificadas a fim de que possam ser julgadas pelos interessados.

P11. Relatório Imparcial - Os procedimentos de elaboração do relatório de avaliação devem prover garantias contra distorções provocadas por sentimentos pessoais e tendências das pessoas envolvidas na avaliação, de tal modo que os relatórios de avaliação reflitam, fielmente, os resultados da avaliação.

P12. Meta-Avaliação - A própria avaliação deve ser formativa e somativamente avaliada com relação a esse e outros padrões pertinentes para que sua realização seja apropriadamente conduzida e, quando concluída, possa ser cuidadosamente avaliada pelos seus interessados, nos aspectos positivos e negativos.

Standards da Avaliação do Aluno¹

Anotações por Thereza Penna Firme

Utilidade:

Resultados utilizados para o bem do aluno – sua aprendizagem e seu crescimento atendendo às necessidades do aluno. Quem avalia deve estar qualificado para saber usar os resultados com competência e segurança e justificar os critérios para poder julgar.

Viabilidade:

A avaliação deve ser prática, prudente e diplomática, obtendo a informação sem perturbar o aluno –

conduzida com negociação e participação dos alunos, familiares e outros, assegurando cooperação e respeitando tempo e recursos necessários, para ter sucesso em sua realização.

Ética:

Deve ser conduzida de modo ético e legal, respeitando os direitos do aluno, sua dignidade e seu bem-estar, bem como o de outros atingidos pela avaliação – com atenção às necessidades do aluno – procedimentos consistentes e justos, de acordo com a ética profissional, considerando a privacidade da informação. Tratar o aluno com respeito em todo o processo, de tal modo que sua auto-estima, motivação, reputação e oportunidades de crescimento sejam protegidos. A informação deve ser equilibrada, mostrando aspectos de sucesso/potencial, dados e dificuldades, para consolidar sucessos e corrigir dificuldades, evitando conflitos e, se ocorrerem, resolvê-los com honestidades e respeito.

Precisão:

Produzir informação significativa e, por isso, tecnicamente correta, explicitando para os alunos o que se espera, com clareza. Levar em consideração outros aspectos do contexto do aluno que devem ser registrados e que podem influenciar o desempenho. Procedimentos devem ser documentados de tal modo que possam ser explicados, conhecidos e verificados, oferecendo informação confiável. As fontes de informação devem ser descritas e identificadas de tal modo que possam ser verificadas na sua significação. Informação coletada deve ser respeitada e sistematicamente verificada e revisada, de modo a facilitar julgamentos. Informação quantitativa e qualitativa deve ser sistemática e adequadamente analisada para ser utilizada eficazmente.

Conclusões sobre o aluno devem ser justificadas com clareza, para que os legítimos interessados tenham acesso a elas e as avaliem; não podem ser preconceituosas.

Informações e juízos devem ser escolhidos, desenvolvidos e analisados para serem válidos e não sujeitos a distorções. Todo o processo deve ser sempre analisado, avaliado e reformulado se necessário. Isto é Meta-avaliação.

Notas

1. The Program Evaluation Standards, 2nd ed. Thousand Oaks: Sage publications.(trad. Por Thereza Penna Firme e Jorge Ferreira da Silva) The Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (2001) Student Evaluation Standards

Referências

GARDNER, Howard. **Multiple intelligences: the theory in practice.** New York: Basic Books, 1993

PATTON, Michael Quinn. **Utilization-focused evaluation:** thousand oaks. 3rd ed. New York: Sage Publications, 1997.

THE JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION . The Program Evaluation Standards: thousand oaks. 2nd.ed. New York: Sage Publications,1994.

CRONBACH, Lee et al **Toward reform of program evaluation.** San Francisco: Jossey-Bass. 1980.